



## CONSIDERAÇÕES SOBRE A HISTÓRIA DA LINGUÍSTICA NA ANTIGUIDADE CLÁSSICA

**Evelyn Cristine Roma**

(UFBA- Graduanda)

**Lícia Maria Bahia Heine**

(UFBA – Professora Titular)

**Maria da Conceição Santos Soares**

(UFBA- Professora Adjunta)

### INFORMAÇÕES SOBRE OS AUTORES

**Evelyn Cristine Roma** é graduanda em Letras na Universidade Federal da Bahia. Email: [evelynanjosaroma@hotmail.com](mailto:evelynanjosaroma@hotmail.com)

**Lícia Maria Bahia Heine** é professor Titular da Universidade Federal da Bahia. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Linguística de Texto, atuando principalmente nos seguintes temas: fala, escrita, gêneros textuais, texto, discurso, ideologia, sentido, gramaticalização e anáfora, referência retomada e cognição. Coordenadora do NUPED, Núcleo de Pesquisa do Discurso. Email: [liciaheine@globo.com](mailto:liciaheine@globo.com)

**Maria da Conceição Santos Soares** é professora adjunto da Universidade Federal da Bahia. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Linguística aplicada, atuando principalmente nos seguintes temas: linguística aplicada ao ensino/aprendizagem de língua estrangeira, metodologia do ensino de língua estrangeira - inglês, estudo de letras de música em língua inglesa e literatura infanto-juvenil aplicada ao ensino de inglês - língua estrangeira. Email: [maconso7@gmail.com](mailto:maconso7@gmail.com)

### RESUMO

Trata-se de um artigo que sumariza as principais contribuições filosófico-gramaticais da Grécia na Antiguidade Clássica, que se constituem as raízes da ciência linguística. Para tanto, focalizam-se esses estudos em quatro períodos (MADJAROF, 2004; LOBATO, 1986): período pré-socrático; período socrático ou sistemático; período estoico ou ético; período alexandrino. Inicialmente, apresentam-se sutis reflexões do período pré-socrático, também denominado de período naturalista, visto que alguns dos seus filósofos compreendiam a língua como dádiva divina; período socrático, no qual se destacam, com a participação de Platão e Aristóteles, as primeiras inquirições gramaticais; período estoico, relevante por ter ampliado os estudos gramaticais, rejeitando a equação uma palavra, um significado (ROBINS, 1979, p. 17), e, assim procedendo, os seus proponentes demonstraram notável compreensão da estrutura semântico-pragmática, e finalmente o período alexandrino. Na Alexandria, no século II a. C., destaca-se sobremaneira a instauração do primeiro manual de gramática – *A Téchnē grammatiké*, do alexandrino Dionísio da Trácia. Manual, foco contínuo dos pesquisadores da ciência da linguagem, na maioria das vezes, sendo muito criticado, mas alicerce para os seus diferentes posicionamentos, sendo importante conhecê-lo para melhor posicionar-se face aos estudos linguísticos propriamente ditos. Este artigo tem por objetivo contribuir para o alicerce teórico primário do discente dos cursos de Letras e áreas afins.

### ABSTRACT

This article aims at contributing to the theoretical foundations of language students as well as students of similar areas. It summarizes the most important Greek philosophical and grammatical proposals that constitute the roots of the linguistics science. Four periods are focused (MADJAROF, 2004; LOBATO, 1986) based on their most famous philosophers: the first period, pre-Socrates, the second one also called systematic, the third one named Stoic or Ethic and the fourth was named after the Greek city Alexandria – The Alexandrian Period. The first one was also called the naturalist phase because its philosophers believed that the language was a divine talent/gift. In the second period Plato and Aristotle are considered its most relevant representatives, responsible for the first grammar reflections. During the Stoic phase grammar studies were expanded, denying the strict correspondence between a word and its meaning (ROBINS, 1979, p.17) and showing, consequently, incredible understanding about the pragmatic-semantic structure. Concerning the fourth period (second century B.C) the *Techné Grammatiké* was undoubtedly the most meaningful achievement by Dionysius Thrax. Although it has been criticized throughout the centuries, it has been a constant and very important source of linguistic research and really meaningful foundation for different proposals.

### PALAVRAS-CHAVE

Natureza e Convenção; Nociónal; Analogia e Anomalia.

### KEY-WORDS

notional, nature and convention, analogy and difference.

## INTRODUÇÃO

As inquirições filosófico-gramaticais, da Antiguidade Clássica, desenvolveram-se, sobretudo na Índia e na Grécia. Porém, as pesquisas sobre a linguagem, realizadas na Índia, talvez por conta de seus objetivos, dentre os quais, o de estudar o sânscrito, língua sagrada, para fins religiosos, só foram amplamente divulgadas no final do século XVIII. Embora reconhecendo o imensurável valor da gramática hindu, optou-se, neste trabalho, por tecer considerações sobre as contribuições linguísticas oriundas da Grécia, tendo em vista ser possível, através delas, seguir a linha contínua do desenvolvimento dos estudos que nos conduziram à ciência linguística.

### 1 ASPECTOS DOS ESTUDOS LINGUÍSTICOS NA GRÉCIA ANTIGA

O estudo da linguagem, sob o ponto de vista filosófico, nasceu na Grécia Antiga e daí se expandiu para outras partes do mundo ocidental, estabelecendo as bases do pensamento linguístico. E, apesar de cada civilização ter interpretado a seu modo os princípios da filosofia grega, o seu postulado básico da linguagem permaneceu constante. Esses estudos, que tiveram início por volta do século V a.C., desenvolveram-se numa Grécia, segundo Robins (1979, p. 7), colonizada através de ondas sucessivas de diferentes invasores. Tinha-se, por conseguinte, um contexto favorável ao estudo de línguas distintas, decorrentes dos intensos contatos linguísticos entre os gregos e os povos não helênicos, no comércio, na diplomacia e na vida diária, o que determinava conseqüentemente, a entrada de línguas e de dialetos diversos. Contudo, apesar de os gregos terem tido contato com povos de línguas diferentes, não há evidências de que tivesse existido entre eles interesse por essas línguas. Essa postura dos helênicos pode ser explicada, pelo menos em parte, por meio do texto:

É que, na realidade, os helenos, imbuídos de suas tradições e convencidos, não sem razão, de sua superioridade intelectual, consideravam com desprezo essas línguas estrangeiras, que só consentiam em estudar por motivos práticos; o termo “bárbaro” — palavra imitativa que designava, originalmente, o pipilar dos pássaros —, que aplicavam indistintamente a toda língua estrangeira, porque lhes era tão ininteligível quanto o gorjeio dos alados, adquiriu rapidamente, entre os gregos, valor pejorativo; a antítese heleno/bárbara, que se tornou uma das constantes do pensamento grego, fez passar despercebidas as semelhanças evidentes que certos idiomas vizinhos apresentavam com o grego [...] (LEROY, 1982, p. 18).

Não se pode deixar de registrar o quão importante foi essa civilização para os estudos e desenvolvimento das diferentes ciências; daí o porquê de serem pioneiros, não

somente no campo da linguística, mas também nas diversas áreas do saber. Vejam-se as palavras de Robins (1979), ao abordar a história da linguística:

Os gregos não foram o primeiro grupo de homens civilizados a viver nas regiões em que eles penetraram. Aprenderam muito com as civilizações encontradas no extremo leste do Mediterrâneo e no Crescente Fértil da Ásia Maior, berço do homem civilizado ocidental. Foi, porém, com os gregos e na sua civilização que se desenvolveu, pela primeira vez na história da humanidade um desejo insaciável de indagação sobre a realidade circundante e sobre os modos de ser do homem no universo. Entre os gregos, houve aqueles que insistiram na investigação de coisas que outros não conseguiram compreender ou pelas quais não mostraram interesse. Os babilônios fizeram uso da geometria para a medição da Terra e da aritmética e astronomia, para a medição do tempo; na Grécia, porém, encontramos a astronomia, a aritmética e geometria estudadas pela primeira vez como ciências autônomas e abstratas, construídas com base na observação sistemática e no estabelecimento de postulados e princípios (ROBINS, 1979, p. 8).

No que tange aos estudos sobre a linguagem, pretende-se, inicialmente, tecer sucintas considerações sobre a escrita na referida civilização. Segundo Robins (1979), embora se saiba da existência, na Grécia Antiga, de sistemas de escrita à base de logogramas (símbolos que representavam palavras isoladas), durante o primeiro e o segundo milênios, o alfabeto grego, por conta talvez de problemas relacionados às invasões dos dórios, desenvolveu-se a partir da escrita dos fenícios. Em verdade, os gregos tomaram o alfabeto dos fenícios, que, em sua maior parte, era um conjunto de sinais consonânticos. Ao incorporarem-no à língua grega, fizeram adaptações necessárias, acrescentando-lhe inclusive as vogais. Como se vê, os gregos não criaram o alfabeto, mas partilham juntamente com os fenícios do mérito de terem sido os primeiros povos a utilizarem uma escrita alfabética, “o que significa dizer que as unidades gráficas (letras) representam basicamente unidades sonoras (consoantes e vogais) e não palavras (como pode ocorrer na escrita chinesa) ou sílabas (como na escrita japonesa)” (FARACO, 1997, p. 9).

Em linhas gerais, o alfabeto grego apresentou as seguintes características: era fonológico, no sentido de ater-se apenas aos fonemas de sua língua, por meio de uma relação biunívoca, ou seja, para cada letra havia um fonema a ela correspondente. Enfoque esse que pode ser interpretado como resultado de uma abordagem restrita à imanência do código linguístico, desprezando-se, por conseguinte, questões relacionadas aos fones, alofones<sup>1</sup>, e aos traços suprasegmentais<sup>2</sup> etc.

<sup>1</sup> O termo alofone é empregado mais frequentemente com o sentido de “variante combinatória de um fonema [...]. Encontramos em alguns linguistas o uso do termo *alofone* com uma acepção muito mais ampla.

É importante ressaltar que os estudos sobre a linguagem foram desenvolvidos na Grécia através da filosofia, que compreendia, na época, todos os setores do conhecimento, envolvidos sobremaneira com a indagação sobre a natureza do mundo. A partir de Lobato (1986) e Madjarof (2004), sugere-se que os estudos sobre a linguagem na Grécia Antiga sejam focalizados em quatro períodos: período pré-socrático, também denominado de período naturalista; período socrático ou sistemático; período estóico ou ético; período alexandrino.

O primeiro período, o pré-socrático, situa-se mais ou menos do século VI a.C. ao final do século V a.C. É assim frequentemente denominado pelo fato de preceder a Sócrates e aos sofistas. Nessa época, as preocupações dos filósofos estavam voltadas para o universo, o cosmos. Daí a concepção de língua como uma preocupação dependente da natureza, isto é, era parte integrante do universo – uma força cósmica. Dentre os seus principais filósofos, destaca-se Heráclito (576 – 480 a.C.), da Escola Jônica, que “afirmava que as qualidades das coisas se reflectiam no seu foneticismo” (KRISTEVA, 1969, p. 127), o que de certa forma sustenta a sua teoria do Logos – a palavra – expressão do pensamento, considerada uma imagem exata do mundo. Assim procedendo, demonstrou reconhecer a existência de uma relação natural e direta entre língua e as coisas do mundo. Outro pensador digno de registro é Demócrito (460 a.C. – 370 a.C.), da Escola Atomística, que desenvolveu estudos que permitiram comprovar o caráter convencional da linguagem (SABÓIA, 1998).

O segundo período da história da filosofia grega, Período Socrático ou Sistemático, assim chamado pela importância dedicada ao homem e não tanto à natureza, como era característica do período anterior. Este período situa-se no século IV a.C., sendo o mais importante da história da filosofia grega – em que nasceram os maiores sistemas filosóficos já vistos. Dentre os seus principais representantes, destacam-se os sofistas, Sócrates, Platão e Aristóteles (MADJROF, 2004).

Os sofistas eram os mestres da retórica, no entanto, é importante mostrar como o termo sofista sofreu transformações ao longo do tempo. No século V a.C., o termo aplicava-se a professores, mestres itinerantes, que ensinavam eloquência, ganhando quantias significativas para a sua sobrevivência (REBOUL, 2004, p. 6). Mais tarde, por volta do século IV a.C., passou a ser usado para referir-se a professores que ensinavam a arte da retórica para políticos ou defensores da lei. Como o benefício desses

---

Qualquer variante de um fonema seja combinatória ou livre (estilística, social, individual), é um alofone desse fonema (DUBOIS et al, 1981, p. 41). Ex.: /t/ nitidamente dental, ou alveolar com a ponta da língua tocando os alvéolos /t̪/ (como em /tið/ e /t̪ið/, respectivamente).

<sup>2</sup> Traço suprasegmental - termo usado na fonética e na fonologia para indicar um efeito vocal que se estende por mais de um segmento de som no enunciado, como *pitch*, acento e junctura (CRYSTAL, 1985, p. 249).

ensinamentos (o poder da argumentação e da manipulação de ideias) poderia ser utilizado tanto para o bem quanto para o mal, *sofista* passou a ser usado com uma conotação negativa, para se referir a filósofos desvinculados de princípios éticos. Protágoras de Abdera (séc. V a.C.) destaca-se entre os antigos sofistas (NEVES, 2002, p. 40), a quem se atribui a distinção dos três gêneros em grego (masculino, feminino e neutro).

Sócrates não escreveu nenhuma obra, mas suas ideias puderam ser resgatadas através de informações de dois de seus discípulos e admiradores, Platão e Xenofonte (RIBEIRO JÚNIOR, 2004). Eles não apresentaram, no entanto, contribuições diretas ao estudo da linguagem. Quanto a Platão (429-347 a.C.), escreveu a obra *O Crátilo*, dedicada a questões linguísticas, sendo considerado, por isso, o mentor dos estudos gramaticais da Grécia Antiga. Na referida obra, Crátilo (filósofo seguidor das ideias de Heráclito) discute com Hermógenes (seguidor das ideias de Demócrito), focalizando a clássica controvérsia *phýsis* (natureza) *versus* *nómos* ou *thésis* (convenção), tendo como centro a origem da linguagem com foco nas relações entre as palavras e a coisa representada<sup>3</sup>. Os seguidores da natureza defendiam a tese de que a relação entre a palavra e a coisa designada era imposta pela natureza ou por realidades externas ao homem (DUBOIS et al., 1981, p. 429). Para Lyons (1979, p. 4), “dizer que uma determinada instituição era natural equivalia a dizer que ela tinha sua origem em princípios eternos e imutáveis fora do próprio homem, e era por isso inviolável”. Os defensores da convenção, por outro lado, não endossavam a tese naturalista, pois consideravam que a relação entre a palavra e a coisa do mundo estaria fundada numa espécie de acordo ou de contrato social entre os membros de uma comunidade. Os naturalistas apoiavam-se nas produções onomatopaicas, caracterizadas por imitarem os sons das palavras e no simbolismo fonético, que estabelece uma associação direta entre o significante e o seu significado, em que os sons refletem as propriedades do mundo exterior.

Segundo Câmara Jr. (1986, p. 17), Platão parece identificar-se com as ideias de Heráclito, sendo, portanto, um seguidor da natureza. Contudo, Kristeva (1969, p. 129) ressalta que, apesar desse pendor naturalista, Platão concilia as duas teses pelo fato de considerar “a linguagem como uma criação humana (e, neste sentido, convencional), mas que provém da essência das coisas que representa (e, neste sentido, esta criação é

---

<sup>3</sup> É necessário registrar que a referida controvérsia natureza *versus* convenção discutia sobretudo a relação entre a palavra e coisa do mundo. Contudo, com Saussure, nos primórdios do século XX, essa discussão foi abandonada, a partir do momento em que ele reinterpreta o conceito de arbitrariedade, que passa a envolver o significante e o significado, visto que o signo linguístico une apenas esses dois elementos e não uma coisa a um nome (SAUSSURE, 1967, p. 80).

natural), e, por causa desse facto, torna-se uma obrigação, uma lei para a sociedade<sup>4</sup>". Por outras palavras, a linguagem possuía duas faces: uma natural, considerando que é oriunda da essência das coisas que a representa; outra, convencional, pelo fato de ser um fenómeno manuseado e burilado pelo homem no seu meio social.

Em termos linguísticos, foi com Platão que, pela primeira vez, se fez claramente a distinção entre nomes e verbos. Sobre essa questão, veja-se o texto seguinte:

Devemos notar, contudo, que as duas classes de palavras definidas por Platão como substantivos e verbos não compreendiam exatamente as classes que foram assim arroladas nos sistemas posteriores de análise sobre os quais se baseiam as gramáticas escolares. Segundo Platão, os substantivos eram termos que funcionavam nas frases como sujeito de um predicado, e os verbos eram termos que expressavam a ação ou afirmavam a qualidade (LYONS, 1979, p. 11).

De acordo com esta citação, observa-se que o adjetivo, no contexto da Antiguidade Clássica, não foi considerado uma classe independente, tal como hoje é visto nas gramáticas. O que se nota, no referido período, é que ora esta parte do discurso é tratada como nomes, ora como verbos. A título de ilustração, menciona-se o texto a seguir:

[...] o adjetivo, cuja morfologia e sintaxe eram mais parecidas com as dos nomes tanto em grego como em latim, foi incluído na classe de *ónoma* (nome). Essa distribuição reflete-se nos termos *nome substantivo* e *nome adjetivo* que ainda hoje podem ser ocasionalmente encontrados (ROBINS, 1979, p. 27).

Já Kristeva (1969, p. 133), embora destacando certa similaridade e/ou aparência do adjetivo com os nomes, coloca-o na classe dos verbos, sobretudo quando realizado com verbos copulativos<sup>5</sup>.

Aristóteles (384-322 a.C.), por sua vez, é tido como um dos mais notáveis intelectuais da Antiguidade, pois seus escritos abrangem muitas áreas científicas (ética, lógica, política, física, biologia e história natural), sem falar nas suas basilares contribuições linguísticas. Entretanto, toda essa gama de dados encontra-se espalhada em diversos livros<sup>6</sup>, o que dificulta sobremaneira apresentar considerações acuradas a respeito do seu trabalho.

---

<sup>4</sup> Para ampliar conhecimentos a respeito do posicionamento de Platão sobre essa controvérsia, ver Neves (2002).

<sup>5</sup> Verbo copulativo é o que liga ao sujeito um adjetivo ou um sintagma nominal predicativo. Os verbos ser, estar, andar, ficar, parecer, permanecer e outros são verbos copulativos (ele é engenheiro, ele fica sozinho, ele permanece cansado etc) (DUBOIS et al. 1981, p. 155-156).

<sup>6</sup> Isso ocorre também com a obra dos diversos filósofos da Antiguidade Clássica, Idade Média, Renascimento, dentre outros.

No que diz respeito à controvérsia natureza *versus* convenção, Aristóteles identificou-se com as ideias de Demócrito, adotando firmemente o ponto de vista convencional e defendendo, dessa forma, a tese de que:

A linguagem resulta de uma convenção, visto que nenhum nome surge naturalmente. A onomatopéia não pode invalidar este princípio, pois as formas onomatopaicas variam de língua para língua e são sempre configuradas de acordo com o sistema fonológico de cada língua (ROBINS, 1979, p. 15).

Segundo Weedwood (2002, p. 27), “as impressões e as coisas são as mesmas para todos os homens, ao passo que diferem as palavras que representam as interpretações”. Daí a ideia de que a linguagem seria convencional e arbitrária e não natural, uma vez que poderiam existir palavras diferentes para se referir a um mesmo objeto. Na qualidade de filósofo, Aristóteles apresentou uma definição formal da palavra como unidade linguística, parte da oração que tem significado próprio e que não pode ser dividida em outras partes significativas. Essa definição esclarece de forma direta um dos porquês de uma morfologia fundada na palavra, menor unidade portadora de sentido, sem reconhecer os seus elementos morfemáticos, e não ter desenvolvido, pois, uma teoria sobre os morfemas<sup>7</sup>. Além disso, ao considerar o significado de uma palavra, centrado na própria palavra, exclui todo o processo de semantização inerente ao discurso linguístico, cuja tese central se situa na asserção célebre de que “o sentido depende da enunciação”<sup>8</sup> (POSSENTI, 2001, p. 197). Ou nas palavras de Wittgenstein (1993 apud COSTA, 2007, p. 38), “o significado de uma expressão (palavra, frase) é o seu uso ou aplicação na linguagem. [...] só adquirem significado no fluxo da vida; o signo, considerado separadamente de suas aplicações, parece morto, sendo no uso que ele ganha seu sopro vital”.

Aristóteles ampliou também o quadro inicial apresentado por Platão sobre a divisão nome-verbo, acrescentando-lhe uma terceira classe — a *śyndesmoi*, a conjunção, que abrangeria diferentes classes gramaticais (artigos, pronomes, preposições etc.). Da mesma forma que Platão, ele não considera os adjetivos como classe gramatical independente, visto que muitos deles se realizam junto aos predicados sentenciais e, por conta dessa ocorrência, deveriam pertencer à classe de verbos. Ele também “lançou as

---

<sup>7</sup> O termo morfema designa o menor elemento significativo individualizado num enunciado, que não se pode dividir em unidades menores sem passar ao nível fonológico. É, portanto, a unidade mínima da primeira articulação, a primeira unidade portadora de sentido; por essa qualidade opõe-se ao fonema, unidade mínima da segunda articulação (DUBOIS *et al.* 1981, p. 419).

<sup>8</sup> A enunciação é um colocar em funcionamento a língua por um processo histórico e social (POSSENTI, 2001, p. 197).

bases duma análise sintáctica, com uma teoria da estrutura da frase, com dois polos: sujeito e predicado. Teoria essa que será desenvolvida por Apolo Díscolo (século II, após J. C.)” (MOUNIN, 1970, p. 92). Reconheceu também a categoria de gêneros dos nomes, masculinos, femininos e neutros, já vista por Protágoras no século V a.C. (NEVES, 2002, p. 40). Não se pode deixar de registrar a sua contribuição referente à identificação da categoria de tempo nos verbos, bem como as suas noções de presente e passado.

Consoante Robins (1979, p. 12), a escola estóica, fundada por Zenão, cerca de 300 a.C., representa uma das escolas pós-aristotélicas mais importantes para os estudos linguísticos, por ter trabalhado questões genéricas a respeito da língua grega. Além disso, foi nesse período que surgiu a primeira versão grega do Velho Testamento – a Bíblia dos Setenta.

Os estóicos e Aristóteles sobressaíram-se pelo fato de terem feito uma análise mais completa da linguagem, sucedendo-se um debate acerca da natureza da gramática, ou seja, das regras subjacentes ao uso da linguagem (CÂMARA JR., 1986, p. 18). Trata-se da discussão entre analogistas e anomalistas que debatiam, respectivamente, se a língua era regular ou irregular. Para os primeiros, a fala humana estaria sob o domínio da regularidade, tal como se observa nos diferentes paradigmas flexionais de número e gênero (livro → livros, menino → menina etc.). Porém, para os últimos, a situação é inversa, visto que se esforçaram para demonstrar exatamente o processo irregular das línguas humanas. Para tanto, ilustraram exemplos de flexão nominal que representavam desvios do padrão básico, como o plural de *child* → *children* (inglês), a ocorrência de certas palavras terminadas por *-s*, como Tebas, Atenas, mas que efetivamente não designam a flexão de número e o fato de determinadas palavras de gênero neutro poderem referir-se tanto a gêneros masculinos como a femininos (LYONS, 1979, p. 6-8). Segundo Câmara Jr. (1986, p. 18), pode-se afirmar que os estóicos estavam mais inclinados para a posição anomalista, sendo Crates de Mallos (séc. II a.C.) o principal anomalista, dentre eles. Esse posicionamento talvez possa explicar a sua concepção de linguagem, como sendo “uma capacidade humana natural, que se deveria aceitar tal como era, com todas as suas irregularidades características” (ROBINS, 1979, p. 17).

Lyons (1979), ao tecer considerações sobre essa discussão, informa que ambas as teses são hoje reconhecidas pelos gramáticos através dos processos de flexão e derivação, respectivamente *variação natural* (analogia), *variação voluntária* (anomalia); contribuição valiosa do gramático latino Varrão (116 a.C. – 26 a.C.) que, em plena Antiguidade Clássica, derrubou incisivamente a necessidade de uma controvérsia relativa às referidas variações, uma vez que ambas são processos morfológicos presentes na maioria das línguas, momento em que teve oportunidade de dar exemplos da língua latina, favoráveis tanto à analogia quanto à anomalia, ao fazer a distinção entre *variação*



*natural* — a flexão e, *variação voluntária* — a derivação” (CÂMARA JR., 1970, p. 81).

Vale salientar, também, as principais contribuições dos estóicos para os estudos linguístico-discursivos na Grécia. Eles “rejeitaram a equação uma palavra, um significado”, demonstrando assim notável compreensão da estrutura semântico-pragmática (ROBINS, 1979, p. 17), aspecto de pouco interesse entre os antigos gregos, mas presente nas reflexões dos estóicos. Assim alicerçados, [...] “os significados das palavras não existem isoladamente e podem variar de acordo com a situação contextual” (ROBINS, 1979, p. 17).

Apesar do seu pendor para o enfoque filosófico, admitindo que a linguagem servia para a expressão do pensamento, foi, nessa época, que se deu início ao interesse no estilo literário, momento em que os estóicos se preocuparam com a pronúncia *correta*, pautada no grego clássico, o que gerou certo choque com a língua grega em uso, a denominada *koiné*<sup>9</sup>.

Enquanto em Platão não se distinguem ainda os conceitos de letras e de fonema (KRISTEVA, 1969, p. 133), os estóicos vão apresentar, na letra, três aspectos: o seu valor fonético (*potestas*), a sua forma escrita da letra (*figura*) e o nome (*nomen*) pelo qual era designada; e no vocábulo, pela primeira vez, “Os estóicos formalizaram a oposição que existe entre forma e sentido, distinguindo na linguagem o “significante” e o “significado” em termos que supreendentemente lembram a dicotomia *signifiant e signifié* de Saussure” (ROBINS, 1979, p. 12).

No que tange às classes de palavras, acrescentaram às demais já identificadas (nome, verbo e conjunção) o artigo, nesta, segundo Kristeva (1969, p. 137), já estavam incluídos os pronomes; quanto aos nomes, divide-os em nomes comuns e nomes próprios (KRISTEVA, 1969, p. 137). Os referidos filósofos criaram, ainda, a categoria de casos nominais<sup>10</sup>, tal como é modernamente entendida, dentre os quais se mencionam o nominativo, acusativo, dativo, vocativo e genitivo<sup>11</sup>. Voltaram também as suas pesquisas para aspectos já trabalhados anteriormente, tal como a noção de tempo nos verbos. Trabalharam ainda as categorias gramaticais secundárias, ou seja, as vozes verbais, o modo, o aspecto verbal, o número, o gênero e a flexão (KRISTEVA, 1969, p. 137-138).

Focaliza-se, por último, o Período Alexandrino, surgido naturalmente na antiga Alexandria, grandiosa, dentre outras, pela sua Biblioteca, construída no século IV a.C.,

<sup>9</sup> O *koiné* foi o primeiro dialeto comum supra regional na Grécia, e chegou a servir como um língua franca no Mediterrâneo Oriental e no antigo Oriente Próximo ao longo do período romano.

<sup>10</sup> Aristóteles também falava em casos, mas compreendia sobre este termo as derivações, as flexões verbais etc. (KRISTEVA, 1969, p. 137-138).

<sup>11</sup> Como se verifica, os gregos não identificaram o caso ablativo, que, em verdade, representa uma contribuição dos romanos.

que elevou a cidade ao nível de importância cultural de Roma e Atenas; tornou-se centro de pesquisas literária e linguística, “centro de livros e de decifração de textos antigos, assistiu ao desenvolvimento de uma verdadeira gramática como estudo especializado” [...] (KRISTEVA, 1969, p. 138). E foi principalmente através dessas pesquisas que os romanos tomaram conhecimento da primeira descrição gramatical e a divulgaram para a tradição europeia.

[...] os alexandrinos estavam interessados principalmente na linguagem como parte dos estudos literários, tendo sido partidários da posição analogista. [...] Os estudos homéricos receberam especial atenção dos alexandrinos, e um dos mais famosos entre eles, Aristarco (século II a. C.), é considerado fundador dos estudos científicos da obra de Homero; a ele também se atribuem numerosas realizações no campo da gramática, além de ter sido mestre de Dionísio de Trácia (circa 100 a. C.), autor da primeira descrição explícita que se conhece da língua grega (ROBINS, 1979, p. 24), “cuja influência sobre todas as gramáticas subsequentes é incalculável” (CÂMARA JR., 1975, p. 26).

Lyons (1979, p. 9) ressalta que, nessa época, havia muitos manuscritos corrompidos dos autores antigos, em especial, os de Homero (séc. IX a.C., aproximadamente), e comparando diferentes manuais de uma mesma obra, os filólogos alexandrinos dos séculos III e II a. C., procuraram restaurar o texto original. Essas pesquisas filológicas levaram os gregos a se interessarem pelos estudos de línguas estrangeiras, fato que pode ser comprovado pela obra de Hesíquio, um dicionário que continha não apenas palavras do grego clássico, mas de outros dialetos ou línguas (CÂMARA JR., 1975, p. 27).

O cotejo entre a língua clássica e a *koiné*, usada efetivamente pelo povo no seu cotidiano, possibilitou que se desenvolvessem atividades relacionadas com a prática de publicar textos para facilitar a interpretação dos textos antigos. Surgiu, nessa época, grande interesse e admiração pelos poetas gregos antigos, ou seja, pelos seus textos literários, tendo a crença de que a língua usada nos mesmos fosse mais castiça e correta do que a fala coloquial. Assim assentadas, as gramáticas tinham “dupla finalidade: combinavam a intenção de estabelecer e explicar a língua dos autores clássicos com o desejo de preservar o grego da corrupção por parte dos ignorantes e iletrados” (LYONS, 1979, p. 9). Esse enfoque envolveu dois erros, denominados *erro clássico no estudo da língua*<sup>12</sup>: o primeiro erro foi o de interpretar a língua falada em relação direta com a

---

<sup>12</sup> Essa postura da Antiguidade Clássica relativa à língua falada e à língua escrita não é aceita nas pesquisas discursivas, pelo fato de não existir razão alguma para desprestigiar a oralidade e supervalorizar a escrita, pois ambas devem ser vistas como práticas sociais; desse modo, refuta a supremacia da escrita sobre a fala ou vice-versa, uma vez que a relevância de cada uma das modalidades é determinada apenas pelas práticas sociais; e são as práticas sociais que vão determinar o lugar e o papel dessas duas modalidades. Quanto ao segundo erro, do ponto de vista exclusivamente linguístico (isto é, estrutural, imanente), as variedades se equivalem e não há como diferenciá-las em termos de melhor ou pior, de certo ou errado: todas têm

língua escrita, tendência que os levava a considerar a primeira como dependente e derivada da segunda; e o segundo erro, a suposição de que a língua dos escritos antigos fosse mais pura do que a fala coloquial, a partir da tese de que a “pureza” de uma língua é mantida pelo uso das pessoas cultas e “corrompida pelos iletrados” (LYONS, 1979, p. 9-10).

Dentre as principais contribuições linguísticas desse período, menciona-se o primeiro manual de gramática — a *Téchné grammatiké* de Dionísio da Trácia, século II a.C., que possui quinze páginas e vinte e cinco seções. Essa Gramática, de acordo com Dionísio, objetivava expor “o conhecimento prático do uso linguístico comum aos poetas e prosadores” (ROBINS, 1979, p. 24). A *Téchné grammatiké* foi dividida em seis partes: leitura exata (em voz alta); explicação das expressões literárias das obras; preparo de notas sobre fraseologia e temática; descobrimento das etimologias; determinação das regularidades analógicas; crítica das composições literárias. Vejam-se as principais considerações a respeito do referido manual:

- o conceito de gramática — “a gramática é o conhecimento prático do uso linguístico comum aos poetas e pensadores” (ROBINS, 1979, p. 24), sendo considerada a arte do falar e escrever corretamente. Nas palavras de Neves (2002, p. 49), “trata-se de um estudo que, pelas condições de seu surgimento, se limita à língua escrita, especialmente à do passado, mais especificamente à língua literária, ainda, à grega.”. Tem-se, assim, o surgimento do primeiro manual de gramática, calcado em suas raízes eminentemente literárias, que a distanciavam completamente da língua em seu processo comunicativo.
- constituía-se de oito partes do discurso, a saber: substantivo, verbo, conjunção, artigo, pronome, particípio, advérbio e preposição. Eram definidas em termos nocionais, ou seja, as palavras enquadravam-se em classes gramaticais porque podiam significar substâncias (reais ou fictícias) do mundo extralinguístico, e não por exercerem uma determinada função linguística, a partir do valor depreendido na estrutura linguística. Como se observa, o adjetivo ainda continua ora incorporado ao verbo (Platão, Aristóteles), ora ao substantivo (Estóicos). Segundo Robins (1979, p. 87), a separação definitiva do adjetivo da classe do nome, bem como a incorporação do particípio à classe do verbo, só ocorreu em finais do Renascimento, quando eles adquiriram *status* de classe

---

organização (todas têm gramática) e todas servem para articular a experiência do grupo que as usa (FARACO, 1991, p.18-19).

gramatical.

- Voltou-se também, seguindo alguns dos seus predecessores, para os chamados termos acessórios que indicam gênero, número, caso, tempo, modo, voz e pessoa. Desta última, é sabido que Dionísio foi o primeiro a realizar um tratamento das pessoas gramaticais (1<sup>a</sup>, 2<sup>a</sup> e 3<sup>a</sup> pessoas) (NEVES, 2002, p. 44).
- a descrição fonética: limitou-se a observações sobre as letras, descrevendo os fonemas segmentais<sup>13</sup>, tendo como ponto de partida o alfabeto grego. Dentre as suas contribuições, citam-se: a invenção dos sinais gráficos; a identificação de alguns aspectos articulatórios<sup>14</sup> (os segmentos líquidos l, r; os oclusivos p, t, k; e o traço aspirado<sup>15</sup>). Além disso, distinguiram as vogais gregas, de acordo com a sua quantidade (longas, breves etc.). Nesse ponto, os estudos fonéticos e fonológicos se confundiam, visto que essas áreas de estudo ainda não estavam, naturalmente, distintas, aspecto que só ocorreu nos anos vinte do século passado, após Saussure, durante o Círculo Linguístico de Praga, em 1928.
- a escrita pautou-se apenas nas obras literárias do passado, estando, assim, centrada exclusivamente na literatura. Trata-se de um pressuposto tradicional, que data de Aristóteles (apud ROBINS, 1979, p. 15), para o qual “a escrita é a representação da fala”, ou seja, a imagem da língua falada, “escrever é transcrever a fala” (OLSON, 1997, p. 19). Esse posicionamento recebe tratamento prioritário, em especial, através do primeiro manual de gramática — a *Téchné grammatiké*, de Dionísio da Trácia (séc. II a. C.), pois a língua escrita passa a constituir um dos seus pilares e é tida como superior à fala, mas ainda limitada e restrita ao âmbito literário, com a função precípua de representar a fala. Esse paradigma greco-latino, dentre outros, centrado na relação fala-

---

<sup>13</sup> Há informações de que os alexandrinos tenham feito referência aos segmentos prosódicos, mas sem desenvolverem nenhum trabalho sistemático sobre os mesmos.

<sup>14</sup> Depreende-se de Robins (1979, p. 26) que os alexandrinos reconheceram os diferentes modos de articulação: o oclusivo (segmento consonântico, /p/, /b/, /t/ etc. que, no momento da sua prolação, há por um fechamento completo no aparelho fonador, que ocorre no trato oral, como nas forças nasais); o líquido (consoantes que compreendem /l/ e /r/ e que são produzidas por meio de uma oclusão central parcial, determinada pelo contato de um ponto da arcada dental superior, mas sem oclusão da corrente que escoar em geral pelos lados do trato oral).

<sup>15</sup> Termo usado em fonemas para a respiração audível que às vezes acompanha uma articulação de um som. É geralmente simbolizado por um pequeno [ h ], elevado após o símbolo principal. Em inglês, as oclusivas surdas em posição inicial são aspiradas (*pin*).

escrita, foi seguido pelas civilizações subsequentes e se constituiu as bases do raciocínio moderno. Nos primórdios do século XX, por exemplo, Saussure ([1916] 1972, p. 33-34), o pai da linguística moderna, e Bloomfield (1933), mentor do estruturalismo norte-americano, apesar do seu perfil linguístico, vão também considerar a escrita como sendo a imagem da língua falada, ou seja, a sua representação. Contudo, os estudos linguístico-discursivos pós-saussurianos, com base, sobretudo nas pesquisas da Pragmática, da Análise de Discurso e da própria Linguística Textual, não aceitam essa pretensa superioridade, argumentando que o que determina a supremacia da escrita sobre a fala, ou vice-versa, são as práticas de uma sociedade. Há culturas em que a fala é mais prestigiosa que a escrita, como por exemplo, nas comunidades indígenas, e essa prioridade não tem a ver com algum critério intrínseco nem com parâmetros linguísticos, e sim com a postura de uma determinada sociedade (MARCUSCHI, 2001, p. 36). Marcuschi (2004) ressalta ainda que a escrita, no período greco-latino, é vista como uma “semente estéril”, uma espécie de um dizer “*morto e petrificado*”, que não se compara com a semente plantada por quem produz discursos falados e os renova sempre, fazendo que deles surjam novas sementes plantadas em corações que as entendem. Portanto, os gregos desse período, representados por Dionísio de Trácia, têm uma visão reducionista em relação à língua escrita, haja vista não explicar o peso que a história e as culturas exerceram e exercem nas nossas escritas, ao mesmo tempo em que acumula deficiências por não ser capaz de refletir os matizes da oralidade, porque não transcrevem as ênfases, os alongamentos intencionais, bem como os elementos não verbais (a linguagem corporal, facial, entonações diferenciadas e a prosódia), constituintes da língua falada.

- a análise gramatical: baseava-se na palavra, tida como a menor unidade capaz de carrear um significado próprio e que não pode ser dividida em outras partes significativas (morfemas). Assim pautada, deu-se início a uma morfologia fundada na palavra, sem estabelecer distinção entre os aspectos derivacionais e flexionais, preocupada principalmente com a questão das regularidades (analogia) e das irregularidades (anomalia). Por isso é que Rocha (1999, p. 25) a identifica como um modelo preocupado com a descrição e a fixação de paradigmas, como as declinações e conjugações, sem nenhuma referência aos morfemas.

- a sintaxe: como já é sabido, Dionísio da Trácia não se preocupou em desenvolver um estudo sintático, mesmo porque a gramática, naquele momento, começava a se instaurar enquanto manual sistemático da língua grega, e, além disso, o que constituía objeto de sua investigação não era o relacionamento entre os termos, mas, sim, o seu isolamento com vistas a uma classificação e ao estabelecimento de paradigmas. Essa lacuna, contudo, foi preenchida por Apolônio Díscolo (séc. II d. C.) que se voltou para a sintaxe da língua grega de forma mais sistemática.
- a etimologia: Robins (1979, p. 17-18) ressalta que, “apesar de muito entusiasmo, pouca coisa de valor se conseguiu; a controvérsia natureza-convenção a respeito da origem da linguagem estimulou o interesse pela pesquisa etimológica, ao mundo ocidental faltou uma concepção adequada da mudança linguística e dos fatores que a produzem”. Pode-se dizer que os gregos situaram a sua análise linguística na sincronia, já que só reconheciam os textos literários de Homero (século IX), mas se trata de uma sincronia assistemática, por conta da sua análise nocional, centrada no atomismo linguístico, isto é, “a tendência de se estudar os elementos isoladamente, de ver os elementos em si mesmos, sem relacioná-los com outros da mesma língua com os quais tenham ligações de identidade e de oposição” (LOBATO, 1986, p. 85).

## 2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos da linguagem na Grécia Antiga foram, desta forma, muito importantes para o desenvolvimento da Linguística. Em todos os períodos abordados neste texto, os filósofos se destacaram pelas suas contribuições diversas para o estudo da linguagem, culminando com a gramática de Dionísio da Trácia. Apesar de suas limitações referentes à exclusão da linguagem no processo discursivo, bem como a definição das partes do discurso em termos nocionais, o referido manual gramatical “passou a estabelecer as bases do raciocínio moderno, fornecendo também os princípios segundo os quais a linguagem foi pensada até nossos dias” (KRISTEVA, 1969, p. 125). De posse dessas informações, espera-se que o leitor possa iniciar suas leituras sobre a história da Linguística de modo introdutório, procurando, na medida do possível, fazer os liames pertinentes com a ciência da linguagem, sobretudo no que tange ao limite máximo de análise linguística, quem sabe atenuando a dicotomia que há entre o manual em análise e a linguística formal.



## REFERÊNCIAS

**Alexandria.** Disponível em: < <https://pt.wikipedia.org/wiki/Alexandria> >. Acesso em: 04 out. 2019.

BAKHTIN, M. Os gêneros textuais. In: \_\_\_\_\_. **Estética da criação textual.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BÉGUELIN, M. J. Unidades de língua e unidades de escrita: evolução e modalidades da segmentação gráfica. In: FERREIRO, Emília (Org.). **Relações de (in)dependência entre oralidade e escrita.** Tradução Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2003. 27-45.

BENVENISTE, É. **Problemas de Linguística geral II.** Tradução Eduardo Guimarães. Campinas/São Paulo: Pontes, 1989.

BENVENISTE, É. **Problemas de linguística geral I.** Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Lúcia Néri. 4. ed. Campinas/São Paulo: Pontes, 1995.

BLANCHE-BENVENISTE, C. A escrita, irreduzível a um código. In: FERREIRO, E. (Org.). **Relações de (in)dependência entre oralidade e escrita.** Tradução Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2003. p. 13-26.

BLOOMFIELD, L. **Le langage.** Paris: Payot, v.1, 1970.

BORBA, F. D. S. **Introdução aos estudos linguísticos.** 11. ed. Campinas, SP: Pontes, 1991.

BRAIT, B. **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

CÂMARA JR., J. M. **Estrutura da Língua Portuguesa.** Petrópolis: Vozes, 1970.

CÂMARA JR., J. M. **História e Estrutura da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Padrão, 1975.

CÂMARA JR., J. M. **História da linguística.** Tradução de Maria do Amparo Barbosa de Azevedo. 4. ed. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

COSTA, C. **Filosofia da linguagem.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2007.

CRYSTAL, D. **Dicionário de linguística e fonética.** Tradução de Maria Carmelita Pádua dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

DUBOIS, J. *ET AL.* **Dicionário de linguística.** Tradução de Francisco Pessoa *et al.* São Paulo: Cultrix, 1981.

FARACO, C. A. **Escrita e alfabetização.** 3. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

FERREIRA, A. B. D. H. **Novo dicionário da língua portuguesa.** 3. ed. Rio de Janeiro: Nova

Fronteira, 2000.

FERREIRO, E. Escrita e oralidade: unidades, níveis de análises e consciência metalinguística. In: FERREIRO, Emília. (Org.). **Relações de (in)dependência entre oralidade e escrita**. Tradução Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2003. p. 139-147.

FIORIN, J. L. (Org.). **Introdução à linguística II: objetos teóricos**. São Paulo: Contexto, 2003.

GALLISSON, R.; COSTE, D. **Dicionário de didática das línguas**. Coimbra: Almedina, 1983.

HEINE, L. M. B. **Aspectos do Uso da Anáfora no Português Oral**. Tese de Doutorado. Pós-Graduação do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

HEINE, L. M. B. **Aspectos da língua falada**. Disponível em: <file:///E:/TEXTOS%20%20NOVO%20LIVRO/4626-8291-1-PB.pdf>. Acesso em: 2 de jan. 2018.

KAYA, S. **Protágoras**. Disponível em: <<http://www.philosophyprofessor.com/philosophers/protagoras.html>>. Acesso em: 09 set. 2004.

KRISTEVA, J. **História da linguagem**. Tradução de Margarida Barahona. Lisboa: Edições 70, 1969.

LEROY, M. **As grandes correntes da linguística moderna**. Tradução Izidoro Blisktein, José Paulo Paes e Frederico Pessoa de Barros. 5. ed. São Paulo: Cultrix, 1982.

LOBATO, L. M. P. **Sintaxe gerativa do português: da teoria padrão à teoria da regência e ligação**. Belo Horizonte: Vigília, 1986.

LYONS, J. **Introdução à linguística teórica**. Tradução de Rosa Virgínia Mattos e Silva e Hélio Pimentel. São Paulo: Editora Nacional, 1979.

MADJAROF, R. **Mundo dos Filósofos**. Disponível em: <<http://www.mundodosfilosofos.com.br/>>. Acesso em: 31 ago. 2004.

MARCUSCHI, L. A. **Linguística de texto: o que é e como se faz**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Mestrado em Letras e Linguística, 1983.

MARCUSCHI, L. A. **Relações entre texto falado e texto escrito: semelhanças e diferenças**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco. mimeo, 1994.

MARCUSCHI, L. A. **Exercícios de compreensão ou cópia nos manuais de ensino de língua**. *Em Aberto*, Brasília, ano 16, n. 69, p. 63-82. 1996.

MARCUSCHI, L. A. **Fala e escrita: uma visão não-dicotômica**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2000. Não publicado.

MARCUSCHI, L. A. **Da fala para escrita: atividades de retextualização**. São Paulo: Cortez, 2001.



- MARCUSCHI, L. A. **Curso de lingüística de texto**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2003. Não publicado.
- MARCUSCHI, L. A. **Situação atual e perspectivas no estudo do português falado no Brasil**. Recife: UFPE, 2004. Não publicado.
- MARCUSCHI, L. A. **Oralidade e ensino: questões e perspectivas**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2005. Não publicado.
- MARCUSCHI, L. A.; PAIVA, Â. (Org.). **Fala e escrita**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- MARTINET, A. **A linguística sincrônica**. Tradução de Lílian Abrantes. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1974.
- MOUNIN, G. Quelques traits du style de Jacques Lacan. In: G. Mounin. **Introduction à la sémiologie**. Paris: Éditions de Minuit, 1970.
- NEF, F. **A linguagem: uma abordagem filosófica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- NEVES, M. H. D. M. **A gramática: história, teoria e análise, ensino**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- OLSON, D. **O mundo no papel: as implicações conceituais e cognitivas da leitura e escrita**. Tradução Sérgio Beth. São Paulo: Ática, 1997.
- ONG, W. **Oralidade e cultura escrita**. Tradução Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2004.
- PETER, M. Linguagem, língua, linguística. In: FIORIN, José Luiz (Org.). **Introdução à linguística I: objetos teóricos**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 17- 24.
- PIETROFORTE, A. V. **A língua como objeto da linguística**. In: FIORIN, José Luiz (Org.). **Introdução à linguística II: objetos teóricos**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 75-94.
- POSSENTI, S. **O que significa O sentido depende da enunciação?** In: BRAIT, Beth (Org.). **Estudos enunciativos no Brasil: histórias e perspectivas**. Campinas, SP: Pontes, 2001.
- REBOUL, O. **Introdução à retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- RIBEIRO JR, W. A. **Revista eletrônica "Grécia Antiga", 1997-2004**. <<http://warj.med.br/fil/fil105e.asp>> Acesso em: 09 set. 2004.
- ROBINS, R. H. **Pequena história da linguística**. Tradução de Luís Martins Monteiro de Barros. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.
- ROCHA, L. C. D. A. **Estruturas morfológicas do português**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.
- SABÓIA, A. M. T. **A representação das representações**. Revista Educação Pública. Cuiabá, v. 7,



n.11, p.95-105, 1998. Disponível em:

<<http://www.ufmt.br/revista/arquivo/rev11/representações.html>>. Acesso em: 31 ago. 2004.

SAUSSURE, F. D. **Curso de linguística geral**. Tradução de Antonio Chelini, José Paes e Izidoro Blistein. 10. ed. São Paulo: Cultrix, 1967.

SCLIAR-CABRAL, L. **Princípios do sistema alfabético do português do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2003.

TRASK, R. L. **Dicionário de linguagem e lingüística**. Tradução Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2004.

WEEDWOOD, B. **História concisa da linguística**. Tradução Marcos Bagno. São Paulo Parábola Editorial, 2002.

Título em inglês:

## CONSIDERATIONS ON THE HISTORY OF LANGUAGE IN CLASSIC ANTIQUITY